

## A RELAÇÃO ENTRE SEXUALIDADE, ESCOLA E SUJEITO: notas Queers

*Allan Henrique Bacelar da Silva*

### Resumo

Este trabalho é norteado por uma intervenção conceitual em torno dos conceitos básicos quando se trata em política para população abjeta, sobretudo, ao se referir às políticas educacionais que são sequestradas no interior do próprio discurso de inclusão. Assim, busca-se trazer para o campo da reflexão filosófica os não-sujeitos, os inexistentes e, conseqüentemente, o que provoca náusea, o abjeto. Para tanto, extrapola-se em visitar obras clássicas que levantam o objeto em questão ao nível do esgotamento, do transbordar. Desta forma, usufrui-se de Butler (2015); Foucault (1987;1989); Louro (2001a; 2001b; 2007;2008; 2014; 2018) entre outros. Queer é tudo aquilo que nos soa estranho, porém, radicalizado ou exilado à latrina das intervenções pedagógicas e de políticas institucionais.

**Palavras-chave:** Queer. Intervenção conceitual. Abjeto. Políticas Educacionais.

## THE RELATION IN BETWEEN SEXUALITY, SCHOOL AND SUBJECT: queers notes

### Abstract

This work is guided by a conceptual intervention around the basic concepts when it comes to politics for the dirty population, above all, when referring to educational policies that are sequestered within the inclusion discourse itself. Thus, we seek to bring to the field of philosophical reflection the non-subjects, the non-existent and, consequently, what provokes nausea, the dirty. To do so, one goes beyond visiting classic works that raise the object in question to the level of exhaustion, of overflowing. In this way, we take advantage of Butler (2015); Foucault (1987; 1989); Louro (2001a; 2001b; 2007; 2008; 2014; 2018), among others. Queer is everything that sounds strange to us, however, radicalized or exiled to the latrine of pedagogical interventions and institutional policies.

**Keywords:** Queer. Conceptual intervention. Dirty. Educational Policies.

## LA RELACIÓN ENTRE SEXUALIDAD, ESCUELA Y TEMA: apuntes queers

### Resumen

Este trabajo está guiado por una intervención conceptual en torno a los conceptos básicos cuando se trata de políticas para la población abyecta, especialmente cuando se refiere a las políticas educativas que están secuestradas dentro del propio discurso de la inclusión. El objetivo es traer al campo de la reflexión filosófica lo no-sujeto, lo inexistente y, conseqüentemente, lo nauseabundo, lo abyecto. Para ello, se extrapola visitando obras clásicas que elevan el objeto en cuestión al nivel del agotamiento, del desbordamiento. Así, se recurre a Butler (2015); Foucault (1987;1989); Louro (2001a; 2001b; 2007;2008; 2014; 2018) entre otros. Queer es todo aquello que nos suena extraño, pero que se radicaliza o exilia al pozo negro de las intervenciones pedagógicas y las políticas institucionales.

**Palabras clave:** Queer. Intervención conceptual. Abyección. Políticas educativas.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A questão proposta aqui, foi gerada a partir das discussões de minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E, ainda, vem “sendo, nauseado e estranhado, como é própria do *Queer*, pois esta foi retomada atualmente na fase de doutoramento.

A teoria queer tem sido amplamente aplicada na pesquisa em política educacional, fornecendo uma lente crítica para analisar e desafiar as normas dominantes de gênero e sexualidade nas instituições educacionais. Ao incorporar a teoria queer na pesquisa em política educacional, os estudiosos buscam examinar como as políticas e práticas educacionais influenciam a experiência dos estudantes LGBTQ+ e exploram políticas identitárias, tornando-as mais reconhecidas e igualitárias para todos.

Com base em Judith Butler, sobretudo, em sua obra *Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2015), essa abordagem teórica concentra-se na construção social do conhecimento e na relação entre poder, linguagem e performatividade. Butler é conhecida por sua discussão em torno das questões do queer e estudos de gênero, onde ela questiona as noções cristalizadas de identidade e subjetividade.

Assim, para pensarmos em uma leitura mais fluida, como nos sugere o queer, Butler argumenta que a identidade não é algo inato ou pré-dado, mas sim uma construção social que ocorre por meio de atos performativos. Ela propõe que a identidade de gênero e a sexualidade não são características fixas e essenciais, mas sim produtos de práticas sociais e normas culturais que são repetidas e reforçadas ao longo do tempo.

Para nos atentarmos a questão, sugerimos o exemplo que Louro (2007) apresenta, a saber: um episódio da série de televisão chamada *Law and order*, onde uma tropa de policiais é julgada por homicídio doloso, pois, segundo a acusação, deixaram de atender ao pedido de ajuda de um parceiro de polícia que foi atingido (em seguida, morto) por um fora da lei. Contudo, esse colega era gay. Na encenação do julgamento, vê-se que a acusação aponta para incontáveis antecedentes de preconceito e discriminação que os acusados tinham em relação à vítima. Com isso, a defesa apela para o fato de que os policiais acusados teriam demonstrado sentimentos coerentes com os da maioria das pessoas. Ainda, para ter argumento consistente, a defesa convida um psiquiatra que afirma que a homofobia é um sentimento corriqueiro, ditos como frequentes, especialmente entre homens. Ao ser questionado pelo promotor, o profissional de psiquiatria expõe que a manifestação de raiva extrema é patológica e, por isso, é involuntária. Assim, apelando aos jurados, a defesa pediu-lhes para pensar se não teriam sentimentos semelhantes aos dos policiais acusados, isto é, os sentimentos de repulsa ou de rejeição em relação aos homossexuais; e conclui: “Eles nada mais fizeram do que manter e preservar os valores da comunidade em que viviam – e essa era sua função como policiais” (LOURO, 2007, p.203). Sabe-se que o episódio termina com a absolvição de todos os policiais. E, o final talvez possa surpreender, porém, ao mesmo tempo, por mais intolerável que venha ser, também nos parecerá coerente com uma lógica que tenha haver com a “vida real”.

### **.A construção de uma política de identidade**

Podemos contrapor às hierarquias e normas que regulamentam a sexualidade e o gênero humano, responsáveis para naturalizar determinados comportamentos e condutas, é possível utilizar o conceito de “performatividade de gênero”, desenvolvido por Judith Butler em seu texto *Problema de Gênero*. O questionamento butleriano tem como objeto a postura essencialista, à qual submete a anatomia humana, concebendo o gênero como um atributo interligado ao sexo biológico, que é utilizado como substrato para um eu generificado. É por meio desse questionamento que Butler se empenha em demonstrar que esse “sistema produz

sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com o eixo diferencial de dominação, ou os produz presumidamente masculino” (BUTLER, 2015, p.19).

Butler (2015) nos ajuda a entender o que seja o sujeito, é uma questão crucial para a política, sobretudo para a política feminista e, por extensão, para a política que está envolta das questões escolares, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não apresenta enquanto tal, pois já uma vez foi estabelecida a estrutura jurídica. A construção política do sujeito procede vinculada a certos normativos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são, de forma efetiva, ocultas e naturalizadas por uma análise política que se apega às estruturas jurídicas como seu fundamento.

Butler (2015) busca questionar a formulação de que a biologia é o fundamento último, como também a distinção entre sexo e gênero, pois essa formulação apenas atende à tese de que, por mais que o sexo pareça naturalizável nas nomenclaturas biológicas, o gênero será culturalmente construído, e efetuando crítica a ideia de que gênero não é nem o resultado causal do sexo, nem muito menos tão aparentemente fixo quanto o sexo. Portanto, a unidade do sujeito já é, em potência, contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo, ou seja, Butler rejeita a distinção sexo-gênero, por ser essa tal distinção fundada na crença falsa de que o sexo é fixo e pré-cultural. É a própria distinção entre natureza e cultura que é posta em xeque por Butler.

Segundo o ponto de vista butleriano, o sexo não é um dado natural, e sim um efeito da construção cultural de comportamentos normatizados dos sujeitos. E se, como afirma ela, reportando-se a Beauvoir, “o corpo é uma situação”, “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva, como tem sido gênero desde o começo” (BUTLER, 2015, p.29)

Se o gênero e o sexo são construções culturais, não podemos dizer que o gênero dependa do sexo como fundamento último da identidade. Pois, se levada ao limite lógico, diz Butler (2015, p.26), “a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”. Assim, percebemos que Butler critica a suposição da existência do sexo binário, perceberemos que não decorrerá daí que a construção de homens se aplique de forma exclusiva a corpos masculinos, ou que o termo mulheres interprete somente corpos femininos, pois o processo de constituição de sujeitos, ou seja, os modos pelos quais a identidade e, particularmente, a identidade de gênero, é construída no e pelo o discurso (SALIH, 2012).

Para Butler, a ideia de identidade, seja ela de gênero ou sexual, é um construto performativo, passando a afirmar que muitas teóricas feministas haviam assumido, de forma equivocada, a existência “do sujeito” ao falar de modo pouco crítico em termos de “mulher” e “mulheres”, pondo em dúvida, assim, a existência dessa categoria. Em vez disso, partiu da premissa de que o sujeito é um viajante metafísico preexistente, pois Butler “descreve-o como um sujeito-em-processo que é construído no discurso pelos atos que executa” (SALIH, 2012. p.65).

Em Problema de Gênero (2015), a sexualidade culturalmente construída não pode ser deixada de lado, de modo que para o sujeito resta a questão de como reconhecer e fazer

a construção na qual ele já se encontra. Os gêneros e os sexos são atualmente feitos no interior da matriz heterossexual, à medida que examina como é possível fazer essas construções de maneira diferente. Butler pressupõe que a natureza não fundamenta a identidade sexual, e por extensão, a identidade de gênero, pois tanto o sexo quanto o gênero são construções socioculturais que resultam no esforço de os sujeitos se adequarem a regras sociais impostas. É exatamente nesse sentido que, para Butler, “o gênero é performativo, ou seja, o gênero é constituído por modos associados à feminilidade e à masculinidade” (CYFER, 2017, n.p).

Ainda, assumido uma postura crítica, Butler nos faz entender que, no discurso predominante, o gênero é construído e que não está sob nenhuma forma natural ou inevitavelmente preso ao sexo, assim torna o sexo e gênero uma discussão cada vez mais instável. Assim, no raciocínio butleriano, o sexo também é culturalmente construído assim como o gênero. Talvez o sexo tenha sempre sido gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma (BUTLER, 2015). Dessa forma, o sexo deve ser visto como efeito do poder, e não existe um agente singular exercendo tal poder. O poder não pode ser personalizado. Com isso, deve-se deixar de procurar ou examinar o “fazedor” para se concentrar no “feito”, ou seja, deve-se analisar os efeitos e não as causas de um poder que é caracterizado como múltiplo, indeterminado e disperso. Butler teoriza o gênero e o sexo como sendo performativos (SALIH, 2012).

A ideia de que o gênero ou o sexo seja uma “substância permanente”, como explica Butler, faz parte de uma cultura heterossexual e heterossexista, que estabelece a coerência dessas categorias para perpetuar a “heterossexualidade compulsória”, na qual a ordem dominante sobre os indivíduos que se veem solicitados ou forçados a serem heterossexuais. As identidades de gênero que não se conformam ao sistema da “heterossexualidade compulsória e naturalizada” mostram como as normas de gênero são socialmente instituídas e mantidas (SALIH, 2012).

Temos que entender e deixar claro que, no pensamento butleriano, o cânone que fundamenta o gênero é a heteronormatividade. Assim, o desejo do “homem” pela “mulher” e vice-versa é base última da ideia de identidade masculina e feminina. Portanto, a heterossexualidade é fonte da identidade de gênero, pois é no desejo heterossexual onde está a causa primária das regras da feminilidade e da masculinidade (CYFER, 2017).

Assim, Butler afirma que a identidade de gênero é o produto de uma sequência de atos performativos que estão sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é impossível alguém existir como um agente social fora dos termos do gênero pois, em Problema de Gênero (2015), Butler visa situar o gênero e o sexo no contexto dos discursos pelos quais eles são enquadrados e formados, de modo a tornar evidente o caráter construído, em posição à naturalização de ambas as categorias (SALIH, 2012).

A biologia costuma ser mais resistente do que ocorre em relação ao gênero. A aceitação da existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum que se constitui na origem da sexualidade humana persiste em algumas teorias. Quando isso ocorre, opera-se com uma noção universal e trans-histórica da sexualidade e, muitas vezes, remete-se ao determinismo biológico. O construcionismo social, contrapõe-se a essa ótica. Melhor seria dizer, no plural, que as perspectivas construcionistas opõem-se às perspectivas essencialistas e deterministas, uma vez que, como foi salientado, há um leque de

compreensões distintas sobre o que vem a ser ou como se dá essa construção social (LOURO, 2007).

Simone de Beauvoir (antecipadora da onda feminista dos anos 1960) supõe que a construção de um sujeito feminino ou, como se diria mais tarde, do sujeito de gênero, implica em operar numa ótica construcionista. Ainda que as formas de conceber os processos de construção possam ser (e efetivamente são) distintas, lidar com o conceito de gênero significa colocar-se contra a naturalização do feminino e, obviamente, do masculino (LOURO, 2007).

Com respeito ao problema da identidade, as mulheres foram o primeiro grupo a explorar as diferenças de gênero, as lésbicas, os gays e outros grupos, cuja sexualidade é definida contra a norma da heterossexualidade, também tem estado à frente na exploração da política da sexualidade. Dessa forma, essas premissas desafiam as concepções mais básicas relacionadas ao sexo, gênero e sexualidade, incluindo a oposição entre heterossexual e homossexual, homem, mulher, sexo biológico e gênero como determinação cultural (SPARGO, 2017).

Problematizar a construção social de corpos generificados significa colocar em questão a existência de um corpo a priori, quer dizer, um corpo que existiria antes ou fora da cultura. A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que essa cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota. Nesse sentido, seria possível entender, como fazem algumas vertentes feministas, que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. Vale registrar que esse entendimento não é assumido por todas as teóricas/os do campo e talvez se constitua num dos pontos de fricção entre as várias correntes dos estudos de gênero e de sexualidade (LOURO, 2018).

Diante disso, convém situar que a instituição conhecida como escola, que foi herdada pela cultura ocidental moderna, começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes, etc. Ao mesmo tempo ela também se fez diferente para os ricos, os pobres, meninos e meninas, ficando claro que a sociedade em si, há muito tempo, é composta por diferenças, não somente de classes sociais, mas em desigualdade de gênero e raça.

Segundo Guacira Louro (2007), a ideia de identidade sexual é uma ideia ambígua. Muitos na atualidade entendem que é um conceito fundamental e necessário, pois oferece uma ideia de sentimento de unidade pessoal, que se localiza na sociedade ou mesmo no cunho de localização social e até mesmo de envolvimento político. Notamos que só de algumas pessoas podemos escutar afirmação “eu sou heterossexual”, já que este é o pressuposto principal. Contudo, afirmar “eu sou gay” ou mesmo “eu sou lésbica” pode significar uma declaração de pertencimento, resultará em assumir uma postura específica em referência à codificação social dominante.

A homossexualidade e o sujeito homossexual nos aparecem como uma invenção do século XIX, nos diz Louro (2001, p.542). Ora, se antes as relações sexuais ou mesmo amorosas entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como uma atividade pecaminosa

e indesejável, ou mesmo sodomia, onde qualquer pessoa poderia sucumbir, tudo isso passaria por mudanças a partir da metade do século citado,

a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Caracterizado e nomeado como desvio de norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer. Ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora de seus limites. (LOURO, 2001. p.542).

Pelo exposto, Louro (2001) segue um pensamento onde a homossexualidade transformou-se em uma questão social relevante, onde esta é produzida discursivamente, e que Butler (2015) acrescentará que não somente o gênero, mas também o sexo. Assim, a discussão era centrada fundamentalmente a partir dos significados morais. Enquanto isso, alguns assinalavam o caráter desviante, anormalidade e/ou a inferioridade do homossexual, existiam outros que proclamavam sua normalidade e naturalidade. Todavia, não se discutia que se tratava de um tipo de humano distinto

Esses tipos de discursos circulam mais expressivamente nas sociedades ocidentais, ao menos até a gênese dos anos de 1970. O movimento organizado por grupos homossexuais era ainda bem tímido; suas reuniões e organizações abeiravam a clandestinidade. Vagarosamente um aparato cultural começa a surgir, como revistas, jornais publicavam artigos isolados, panfletos, teatro, arte, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Por essa época, no Brasil, a homossexualidade começa a aparecer nas artes, no teatro e publicidade. A partir de 1975, vai emergir o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, onde participam intelectuais exilados durante a ditadura militar que traziam, por meio de suas experiências no exterior, indagações políticas feministas, sexuais, ecológicas e raciais que então já era de circulação internacional (LOURO, 2001).

Assim, a partir de então a homossexualidade passou a ser uma categoria científica e sociológica, onde esta ficou classificada a perversidade sexual de um novo modo, e por esse motivo, inevitavelmente, seus efeitos na prática médica e legal, construindo a ideia de uma natureza distinta e/ou de uma natureza homossexual exclusiva. Deste modo, houve possibilidade ainda mais nefasta, deu-se início a uma nova etapa da autodefinição homossexual, diante do trabalho regulador das normas médicas e psicológicas que surgiam (LOURO, 2007) e, por meio destas a homossexualidade foi patologizada e estas aplicavam-se a sua cura (FOUCAULT, 1989).

Contudo, ao modo em que a sociedade civil ocidental se tornava bem mais complexa, diferenciada, como também autoconfiante, as comunidades de gays e lésbicas vão se tornando membros importantes desta sociedade, onde cada vez mais, a homossexualidade passou a ser uma opção, ou uma escolha, onde os sujeitos puderam continuar seu desenvolvimento impossibilitando uma sociedade mais monolítica e hierárquica. No entanto, a existência-gay passou a dar oportunidade, mais possibilidade para as pessoas explorarem seus desejos e necessidades, em direção de formas que eram muitas vezes literalmente impensáveis. É por esse motivo, de forma óbvia, que a homossexualidade passou a ser vista como uma ameaça aos que estão ligados ao status quo moralizante, e que se localizam à esquerda ou à direita em determinado espectro político.

A História da Sexualidade de Foucault havia mostrado, tal escolha do objeto nem sempre tinha se constituído a base para uma identidade e, como muitas vozes discordantes sugeriam, esse não era, inevitavelmente, o fator crucial na percepção de toda e qualquer pessoa sobre sua sexualidade. Este modelo fazia, efetivamente, com que os bissexuais parecessem ter uma identidade menos segura ou menos desenvolvida (assim como os modelos essencialistas de gênero fazem dos transsexuais sujeitos incompletos), e excluía grupos que definiam sua sexualidade através de atividades e prazeres mais do que através das preferências de gênero (SPARGO, 2017, p.34).

Pela a exposição de Spargo (2017), entramos no contexto escolar, pois em seu discurso político e teórico reproduz representações positivas sobre a homossexualidade e que exerce sobre esta um efeito regulador e disciplinador e, ainda, toda a sua concepção, como também os documentos oficiais que foram lidos e expostos na primeira parte, está baseada na oposição de sujeitos, que necessariamente se supõe o estabelecimento de seus contornos, limites, possibilidades e restrições (LOURO, 2001, p.544).

Segundo Michel Foucault, um dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas e morais ou seja, trata-se de uma trama formada por vários discursos e práticas que se materializam em saberes e poderes. O dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. No caso da aids, são subjetividades marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos tomados como ameaçadores da ordem social (MISKOLCI; PELÚCIO, 2009, p.130).

Desta forma, segundo Miskolci; Pelúcio (2009), se estendeu a ideia irracional que é implicitamente atribuída aos rapazes que aprazem de outros rapazes e àqueles/àquelas que direcionam prazer sexual fora dos preceitos heterossexistas. E ao mesmo tempo, a perspectiva moralizante e culpabilizadora da mídia, aponta que apenas estes seriam os “irresponsáveis”, que em nome do prazer e do perigo buscariam satisfação sem levar em conta os riscos sociais de sua (leviana) sexualidade. Mesmo assim, em termos genéricos, os movimentos e seus objetivos se multiplicaram, pois alguns grupos homossexuais continuaram na luta pela legitimação e reconhecimento em espaços da sociedade de uma forma igualitária. Contudo, outros estavam preocupados em romper as fronteiras comuns colocando em dúvida o jogo binário masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; outros não se conformam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira (LOURO, 2001, p.546).

## **A ESCOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO IDENTIDADE**

Segundo (LOURO, 2018) nas escolas se tem um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e inacabável, é colocado em posto de uma ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade que é transmitida como “legítimos”. Desta forma, toda a ação pedagógica é planejada nesta direção. Contudo, em vez de seguimos essa direção, partimos de um terreno que ainda pode “ser considerado muito distante dos rituais escolares” (SIBILIA, 2012). Assim, este trabalho não está isento de muitas ações consideradas de risco.

A partir deste ponto, Sibilia (2012) nos lembra que

se estivermos atentos aos sinais do mundo, talvez tenhamos uma possível sorte que essas ações de risco nos perturbem ao ponto de suscitarem o pensamento, mas nem por isso ocorrerá se conseguirmos “escapar dos perigos que aparecem quando pisamos terrenos tão pantanosos sem evitar a complexidade dos fenômenos nem desprezar suas contradições (SIBILIA, 2012, p.10).

Todavia, mediante tais observações, nos parece que o processo escolar está sempre incompleto, pois ele demanda reiteração e, também é afeito a instabilidades, como é permeável aos encontros e aos acidentes. Isso são efeitos das instituições, dos discursos e das práticas das quais tanto o gênero quanto a sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural, por lógica às vezes escapam e deslizam. Assim, surge a obrigação inventar práticas mais sutis para repetir o que já é sabido e reconduzir ao “bom” caminho o desviante (LOURO, 2018).

Assim, o contexto escolar se encarrega de reforçar o projeto heteronormativo das leis como também produzir os corpos que divergem destas mesmas leis, pois a escola é partícipe como dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 1989) que dará sentido à existência destes corpos. Contudo, em vez de serem repetidas, tais leis são deslocadas, derivadas, difundidas, ao ponto que os “desviantes” sejam reduzidos e jogados por quaisquer motivos que há aqueles e aquelas que se desviam das leis e, ainda, em um caminho planejado. Cabe-nos lembrar do sistema da heterossexualidade compulsória e naturalizada que foi discutido anteriormente. Assim, por meio deste sistema os desviantes sejam desencaminhados, desgarrados, e inventam algumas alternativas.

No entanto, ficam à deriva ao ponto de tornar impossível sua invisibilidade. Por analogia, dá para notar que é um paradoxo, pois quando o desviante se afasta da escola, este se faz cada vez mais presente, fazendo com que seja impossível o esquecimento deste. Suas escolhas, formas e destino passam a demarcar a fronteira e o limite, que indicará o espaço que não deve ser atravessado. Ou mais do que isso, quando ousam se construir como sujeitos de gênero e de sexualidade precisamente nesses espaços, na forma de resistência e na subversão das leis regulatórias, esses corpos parecem expor, com muito mais clareza e evidência, como na escola essas normas são feitas e mantidas (LOURO, 2018), pois “a produção disciplinar do gênero leva a efeito uma falsa estabilização do gênero, no interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor” (BUTLER, 2015, p.234).

Contudo, não se faz necessário questionar se os “sujeitos” subvertem ou não as normas, mas como esses são empurrados a fazê-las. De qualquer modo esses “sujeitos” escaparão do destino que a eles foi planejado, portanto, extraviam-se.

Não se sabe por que alguns sujeitos desobedecerão a essa normatividade social, rompendo regras. Deliciosamente transgredirão o que estava pré-determinado. Tal como umas viagens imprevisíveis, sairão da rota, subverterão atrevidamente o que lhes estava determinado realizar, cruzarão as fronteiras. Esses sujeitos queer serão os alvos preferidos das pedagogias corretivas que tentarão recuperá-los ou se for o caso, puni-los, bani-los. Um trabalho pedagógico contínuo e repetitivo será acionado para

que marquem nos corpos, sobretudo os mais frágeis, para inscrever “o gênero e a sexualidade “legítimos”!! (RIBEIRO, 2011, p.296).

Consideremos a figura de um “sujeito” nômade para os queer, pois assim viverão de forma perigosa suas identidades transitórias, fazendo que se escancare a construção de gênero. Daí, Louro (2007) nos expõe o exemplo da drag quem, que na sua “imitação” do feminino pode ser revolucionária.

Como uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem e da norma, ela provoca desconforto, curiosidade e fascínio. De que material, traços, restos e vestígios ela se faz? Como se faz? Como fabrica seu corpo? Onde busca as referências para seus gestos, seu modo de ser e de estar? A quem imita? Que princípios ou nomas “cita” e repete? Onde os aprendeu? (LOURO, 2018, p.20).

Oras, pelo exposto, Louro (2018) se utiliza desta personagem porque ela assume uma transitoriedade e, também, se satisfaz com as inesperadas justaposições e com as misturas. E mais, a drag é mais de um. Várias identidades, mais que um gênero, e intencionalmente ambígua em seus afetos e sexualidade. Esta é feita de excessos e encarna a proliferação e vive à deriva, como desviante. Desta forma, a escola, o currículo, os educadores não conseguem se situar neste contexto de “sujeitidade”, e suas certezas escapam, e os modelos e planos se mostram inúteis, e as formas passam a serem inoperantes.

## **TENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICO E O ESTRANHAMENTO QUEER DA POLÍTICA ESCOLAR**

Forçar desprezo em alguém pelo fato de denominar-se gay ou lésbica é algo que nos parece ser intolerável. Mas é algo corriqueiro e comum, que em muitas mentes pode ser “compreensível”. Mais intolerável ainda é conviver com normas, leis e preconceitos estabelecidos, seja de ordem moral ou educacional, que subjuguem sujeitos pelo simples fato de ter prática amorosa e sexual diferente da heterossexual. Portanto, temos a nossa vista, mesmo que genericamente, o quadro representativo da sociedade brasileira, de forma mais significativa, da escola.

Segundo Louro (2007), são muitas e distintas as formas que assumimos para lidar com esses questionamentos; “distintos são os modos de conceber o que cabe fazer diante de tal horizonte político” (Louro, 2007, p.205). Contudo, se apurarmos nosso olhar conseguiremos mostrar, de maneira perspicaz, as particularidades e distinções que começam antes de uma prática, pois nem mesmo existe uma compreensão de um modo uníssono do que vem a ser a sexualidade e o gênero. No entanto, a diversidade, que para muitos pode ser um desastre total, poderá também ser uma indicação à revitalização dos debates políticos e teóricos que nos apoiamos.

Ora, aqui assumimos esse propósito político, pois desejamos contribuir para a educação no intuito de dá vitalidade ao contexto escolar atual. Com tudo, por mais que muito de nosso referencial teórico seja compartilhado, porém, continuaremos no propósito político por meio de algumas reflexões estratégicas e teóricas. Assim, “os encaminhamentos teórico-metodológicos que adotamos são plurais e, por vezes, podem estabelecer entre si pontos de fricção” (Louro, 2007, p.205). No entanto, não é nosso objetivo responder questões teóricas que nos inquietam, muito menos abrandar dúvidas metodológicas que temos neste trabalho.

Mas, iremos pensar e dialogar dentro da possibilidade conceitual que recai sobre o ensino e no estudo sobre as questões de gênero e sexualidade, pois nossa pesquisa deseja contribuir para o fortalecimento dos debates em torno da questão, aqui nós assumimos, portanto, como uma questão plural.

Sabemos que as condições de existência das escolas e universidades, possivelmente, estão sofrendo mudanças, por caráter histórico. Nestas, observa-se um número visível de mulheres em sala de aula, que em algumas instâncias educacionais superam a presença masculina. Também que a visibilidade e reconhecimento dos sujeitos homossexuais e bissexuais está sendo objeto da mídia, como, ainda, a exposição da necessidade das discussões sobre sexualidade e sexo, que por meio da expansão da Aids e o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento “legal”, sem contar com a revolução das formas e meios de comunicação, fazem com que a instituição escolar, em seu todo, sofra mudanças. Tendo em vista que essas novas condições sociais podem levar ou mesmo demonstrar que as práticas e o modelo pensado de escola, até então, não são mais viáveis, “que já não há mais sentido em sua existência” (Louro, 2014, p.124).

Foi nesse contexto que, em 2001, veio a público um dos primeiros textos sobre o queer em nosso país: o “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”, de Guacira Lopes Louro, publicado na Revista Estudos Feministas. Louro teve contato com essa vertente de estudos alguns anos antes, durante o período que passou no campus de Santa Cruz, local de batismo dessa linha de reflexão. Assim, razões históricas e de circulação intelectual contribuíram para a recepção da Teoria Queer na área educacional brasileira. Em outras disciplinas, como a Sociologia, a Psicologia, a Comunicação e a Linguística, o contato com a produção de teóricos queer norte-americano também despertou uma nova sensibilidade acadêmica para os debates emergentes na esfera da sexualidade brasileira (MISKOLCI, 2017, p.37).

Por tanto, ao encontro com os pensamentos foucaultiano e butleriano, Louro (2018) chama nossa atenção ao “estranhamento do currículo”, onde nos expõe a necessidade de fazer do espaço escolar um local de reflexão das diversas maneiras de vivência da sexualidade, como também as formas de ser, e mais, da experiência do desejo e do prazer. E, assim como Butler (2015), onde tratamos na segunda parte desse trabalho, nos faz pensar sobre posições política-binária dos discursos em torno do sexo e gênero e a origem do abjeto, podemos compreender como ocorre a oposição heterossexualidade/homossexualidade nas reflexões pedagógicas. Assim, o estranhar passa a ser o processo desconfiar do currículo que está sendo imposto, ver filosoficamente o que é repassado.

Em Butler (2015) temos o empréstimo da linguística no conceito de performatividade, onde afirma que a linguagem que se refere aos corpos ou mesmo ao sexo não apenas constata ou descreve esses corpos, no entanto, no mesmo momento da nomeação, constrói, realiza aquilo que nomeia, ou seja, faz os corpos e, como também, os sujeitos. Assim, é nesse processo de constrangimento e limitado desde seu começo, pois o sujeito não toma a decisão sobre o sexo que irá ou não assumir, pois é

na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem a possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que

a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos”-aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem o “exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (LOURO, 2001, p.549).

Com a ajuda de Butler (2015), como também de outros teóricos queer, passa a existir a crítica e argumentação voltada na oposição heterossexual/homossexual. Para os teóricos queer há a afirmação de que essa oposição rege não somente os discursos homofóbicos, mas está presente também na discussão que favorece a homossexualidade. Aqui estamos propondo, portanto, de uma mudança de mira e estratégia de análise, pois estamos nos voltando a uma outra perspectiva epistêmica, que se volta diretamente às estruturas discursivas ou linguística, como também, para os contextos escolar institucionalizado.

Miskolci (2017) aponta que, historicamente, a escola foi durante muito tempo um local de normatização, e que a educação foi, na pegada foucaultina, uma via da biopolítica, isto é, uma forma poderosa de normalização coletiva. Desta forma, é em ambiente escolar que os ideais coletivos aparecem como demandas ou mesmo como imposições, que na maioria das vezes são apresentadas violentamente.

Hoje em dia, a gente acabou criando um nome para o caráter violento da socialização escolar: bullying. Alguns imaginam se tratar de um fenômeno novo, mas, no fundo, o assédio moral sempre foi parte do processo educacional. O bullying não foi inventado nos últimos anos, o que mudou foi a sensibilidade com relação às formas de violência que ele expressa. A escola é partícipe do assédio moral de tal forma que, normalmente, a educação era bullying: você entrava e se enquadrava. Havia um currículo oculto, um processo não dito, não explicado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizadora (MISKOLCI, 2017, p.42).

Contudo, é neste ambiente que nos apropriamos do Queer, que está relacionado a tudo que entendemos socialmente ao estranho, anormal e, mais ainda, ao abjeto. Butler (2015) não relaciona a abjeção as questões étnicas, porém, Miskolci (2017, p.43) exemplifica o fato de alguém ser classificado como negro em uma sociedade que já foi escravista é uma forma de ser subalternizado e rebaixado a um local com menos direitos e reconhecimento. No entanto, em Judith Butler (2015), o abjeto é algo que sentimos horror e repulsa como a algo poluidor ou detentor de impureza, ao ponto de ser algo temido, pois é contagiante e nauseante. Ainda, quando ousamos xingar alguém de “bicha” ou “sapatão”, não se está dando apenas um nome para alguém, mas julgando essa pessoa e a classificando como um objeto de nojo. Assim, a injúria faz de alguém algo poluidor, que se quer distanciamento pois se teme contaminação. Desta forma, o obsceno e o abjeto, que significa está fora de contexto, irão se aproximar, revelando que a sociedade prefere não ver e, quando se adentra em espaços públicos, causará náusea e repúdio. Pensando a abjeção, iremos compreender a dinâmica coletiva que nasce a violência e a injúria àqueles que escancaram a instabilidade dos sexos e dos gêneros, encarnando assim a diferença, e que não irá anular o que óbvio ou mesmo a reconfortante mesmice em que nos faz descansar em nosso cotidiano.

Diante de tudo que foi exposto, Louro (2001, p.550) a questiona: “como o movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode nos articular com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento?”. E ainda:

Como uma teoria não propositiva pode ‘falar’ a um campo que vive de projetos e programas, de intensões, objetivos e planos de ação? Qual o espaço, nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a constatação? Como romper com o binarismo e pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria queer para uma prática pedagógica? (LOURO, 2001, p.550).

Sob base sólida de Butler (2015), Louro (2001) buscar resposta aos questionamentos acima será preciso ter na mente não só o alvo mais comum e que seja diretamente ligado à teoria queer – a oposição binária hétero/homossexualidade, mas temos que pensar em estratégias, procedimentos e atos que estão nela implicados. Pois a teoria queer nos permite pensar a ambiguidade, a fluidez, a multiplicidade das identidades de gêneros e sexuais, todavia, mais que isso, nos permite pensar em novas formas de reformular a cultura, o poder, o conhecimento e a educação, pois estamos pensando na efetivação de uma verdadeira reviravolta epistêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se pelo exposto, que os documentos e as práticas que legitimam e estimulam as diferenças, na realidade nada mais são que formas de subordinação e docilização, pois aqui admitimos que a escola não só repassa conhecimentos, ou mesmo não os produz, mas que produz, constrói, fabrica “sujeitos” com identidades de gêneros, étnicas, de classe e, que estas identidades são produzidas através de relações extremamente desiguais.

Ainda, essa mesma escola está comprometida intrinsecamente com a manutenção de uma sociedade repartida que nos faz crer que em seu cotidiano estamos envolvidos por participação ou mesmo por omissão. Desta forma, a prática escolar que temos é contingentemente histórica e que o resumo de sua prática é a política, ou seja, que ao mesmo tempo que se transforma também pode ser subvertida, afinal, se não nos sentimos conformes com essas divisões que são sociais, certamente, encontraremos formas de justificar não apenas para uma observação, mas, de maneira especial e preocupante, para uma tentativa de interferir na continuação desta desigualdade cruel que se perpetua no contexto escolar.

Contudo, para se pensar uma pedagogia e um currículo queer não basta apenas criticar a negação e o subalternização dos homossexuais, mas na desconstrução do processo pelo qual alguns corpos e sujeitos se normalizam e outros são abjetivados e, evidenciar a heteronormatividade, ao ponto de demonstrar a necessidade constante de reiteração das leis sociais que regulam, a fim de assegurar a identidade sexual legítima. Ainda, analisar os métodos, públicos e privados, discretos ou espalhafatosos, que são mobilizados para que haja o vencimento do medo e que possa atrair as identidades abjetas com a finalidade de recuperar a estabilidade no próprio interior da identidade-correta. Portanto, sugerimos por meio da pedagogia queer o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como métodos férteis e dinâmicos para pensarmos qualquer dimensão da existência. Por mais que de algum modo estejamos longe de oferecer o modo ideal. O sujeito e pedagogia queer, por natureza e com

base butleriana, assume o caráter intencional de ser inconcluso e, ao mesmo tempo, incompleto.

## REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cad. Pagu [online]*. 2014, n.42, pp.249-274.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CYFER, Ingrid. Feminismo, Sexualidade e Justiça no debate entre Judith Butler e Nancy Fraser. In. Diálogos na Teoria Crítica (Parte II). *Revista Ideias – UNICAMP*. Campinas – SP v. 8, n. 1 (2017).
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. *Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3. rev.ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos)
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Ano.2, p.541-553, 2001b.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogia contemporâneas. *Pro-Posições*. v.19, n.2 (56) – maio/ago, p.17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. N.46. p.201-218. dez. 2007.
- MISKOLC, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3.ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. – (Série Cadernos da Diversidade; 6)
- MISKOLC, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009.
- PORCHAT, Patricia. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá, 2014.

SALIH, Sara. *Judith Butler e Teoria Queer*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer*. - 1. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. – (Argo, 2)

#### **Informações do(a)s autor(a)(es)**

Nome do autor: Allan Henrique Bacelar da Silva

Afiliação institucional: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

E-mail: [allanhenriquebacelar@gmail.com](mailto:allanhenriquebacelar@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9018-4020>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7184587121214153>